

'O quadro hoje é de reconstrução'

G

uilherme Dias, ex-ministro do Planejamento do Governo Fernando Henrique, recusou

uma proposta de trabalho no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para assumir a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Paulo Hartung (PSB). Em entrevista para A GAZETA, o novo secretário justifica sua decisão, dizendo que pretende colaborar com Hartung, um antigo aliado, e com o Espírito Santo. Guilherme Dias trabalhará para atrair novos investimentos para o Estado.

Por que o senhor decidiu mudar de idéia e aceitou ser secretário de Planejamento?

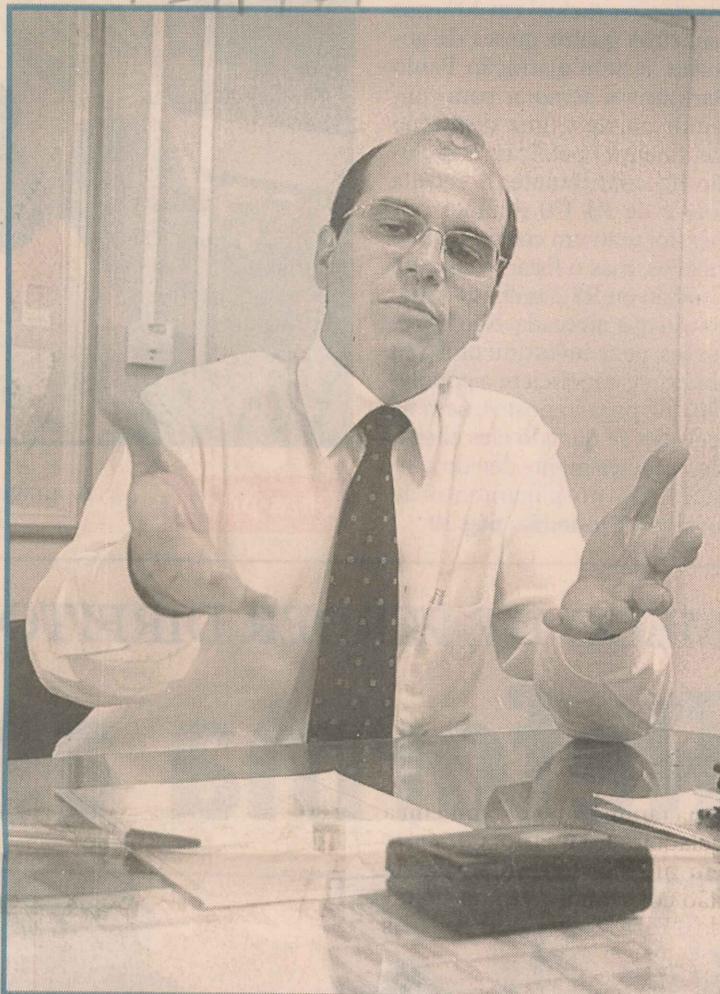
Existe um processo de reflexão. Inclusive, o exercício da quarentena, criada para os integrantes da área econômica do Governo passado. Sempre mantive uma interlocução com o governador Paulo Hartung e resolvi atender a essa convocação.

Mas qual foi o motivo?

Eu construí minha carreira como um profissional na área do setor público. Eu comecei minha carreira política no BNDES, há aproximadamente 20 anos, trabalhando com planejamento e finanças. Em 1993, quando Paulo Hartung assumiu a Prefeitura de Vitória, eu também troquei o orçamento do BNDES, que era de US\$ 4 bilhões e eu era o

Novo secretário de Planejamento diz que o Estado passou por um processo de constante desorganização

ANDRÉIA LOPES



Daniela Martins

Social

Dias diz que as prioridades do Governo serão Segurança, Saúde, Educação e Infra-Estrutura

Santo a um processo lento, mas persistente, de desorganização, experiência que vai servir de

Quanto aos royalties, o senhor está atuando ou vai atuar na tentativa de operacionalizar essa transação?

Eu acho que uma orientação do governador para toda a equipe é a gestão econômica do Estado. Nesse Governo, não existe um problema que seja de um secretário. Todos têm que trabalhar na solução. Temos que trabalhar em equipe e de forma integrada. **O senhor acredita na viabilidade dessa operação?**

Do ponto de vista técnico-jurídico, a viabilidade já foi conquistada. É uma operação legal, defensável, correta do ponto de vista do Estado e da União. O que está em discussão agora é a avaliação desses ativos, a questão econômica. Temos que ter o maior zelo possível para fazer uma operação que seja festejada hoje, mas que, daqui a 10 anos, as pessoas tenham tranquilidade em olhar e ver que a operação foi correta. Uma coisa é vender os ativos para pagar uma dívida importante, mas não se pode vender de qualquer jeito, a qualquer custo, a qualquer preço. Temos que fazer uma negociação com um valor que seja justo.

O senhor acha que o Governo vai conseguir chegar a esse valor justo?

A justiça acaba se revelando. Desde o início, o Governo capixaba não pediu o impossível. Tudo que foi proposto é em cima de projeções da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

ria, eu também troquei o orçamento do BNDES, que era de US\$ 4 bilhões, e eu era o superintendente da área financeira, pelo da Prefeitura de Vitória, que era de US\$ 100 milhões de dólares. Na época, vislumbrei um objetivo de não apenas cumprir um período administrativo, mas fazer um salto de qualidade, mudar o padrão, a referência. E acabou se revelando uma opção interessante, porque o município de Vitória acabou se tornando referência nas mais diversas áreas.

Depois disso o senhor participou de quase todo o segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Fui da equipe econômica por três anos e meio. Fui secretário executivo e depois ministro do Planejamento. Foi um período que, com toda a dificuldade de enfrentar as crises de natureza conjuntural, adaptação do país ao regime de câmbio fluutuante, de transformação das contas públicas, foi feito também um trabalho mais permanente, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ela mudou o patamar de gestão no país. Esses são dois exemplos do que é administrar a conjuntura, mas propondo mudanças estruturais. Após esse período, surgiram convites. Recebi convites no setor privado e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é uma proposta de continuar o trabalho que nós começamos.

Mas qual a razão que fez o senhor optar por aceitar assumir uma secretaria de Estado?

Nós assistimos no Espírito

Santo a um processo lento, mas persistente, de desorganização, de perda de efetividade, de desestruturação do poder público. Na minha avaliação, aqui no Estado a situação só não ficou pior porque tivemos dois contrapesos importantes: a vitalidade do setor privado, que conseguiu operar independentemente da situação política, e dos municípios, que, de um modo geral, conseguiram compensar, pelo menos

parcialmente, essa perda, essa deterioração dos serviços do Estado. A outra questão é o provimento de uma infraestrutura que dê suporte ao desenvolvimento do setor privado. A capacidade de investimento foi se perdendo. O quadro que está colocado hoje é um esforço de reconstrução e o governador Paulo Hartung teve

como prioridade montar uma equipe experiente. Alguns vieram de fora do Estado. Para mim, que sou capixaba, o projeto de morar no exterior é um projeto que pode ser adiado. Acho que pesou muito o sentido de colaborar.

Existe alguma motivação política? Comenta-se que o senhor poderia ser candidato a prefeito de Vitória.

Não houve. Meu contrato de trabalho com o governador é com o Governo do Estado.

O senhor, então, não tem pretensão de ser candidato?

Não. Tenho pretensão de procurar dar o melhor de mim e ajudar o Governo a ter bons resultados. Aqui no Estado, eu acredito que nós vamos construir nesse mandato do governador Paulo Hartung uma ex-

periência que vai servir de referência na administração pública para outros Estados. Hoje, o que faz abrir portas é resultado, consistência, transparência de propostas.

De que forma o senhor acha que o seu bom trânsito em Brasília pode ajudar na atração de investimentos para o Estado?

Acho que a gente pode demonstrar às instituições nacionais e internacionais que estamos num processo de saneamento das contas públicas, de busca de eliminação do passivo. Temos que mostrar que estamos reconstruindo equipes, que temos capacidade de proposição de projetos. Abre-se, então, um espaço natural de trabalho.

Quais são os projetos que o senhor já tem?

Vamos divulgar nesta semana as conclusões do I Seminário de Planejamento Estratégico, que foi feito por toda a equipe de Governo. E essas conclusões já vão ser a base de preparação do Plano Plurianual 2004/2007. Eu diria que as metas estão muito em cima do que é o básico e fundamental. Temos que começar reconstruindo o que é mais importante e atinge a maior parcela da população: a Segurança Pública, Saúde, Educação e Infraestrutura são os principais itens. A condição para que isso se materialize é ter as contas saneadas, ter capacidade de investimento. O problema não é só ter a disponibilidade de dinheiro nas instituições, a questão é mostrar que temos capacidade de execução.

ma de projeções da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Sobre o problema da Previdência estadual, como o senhor pretende intervir?

Alguns Estados usaram parte da receita da venda de ativos para capitalizar a Previdência. Aqui, os ativos estão sendo vendidos sem capitalizar. Essa solução não está disponível, hoje, para o Estado. Temos que buscar um equacionamento de forma gradual, através do fluxo de receita e de despesa. Uma outra questão é que o problema previdenciário no Espírito Santo não é pior e nem melhor que o dos outros Estados. O peso dos inativos na folha, que chega a quase 50%, é semelhante ao de outros Estados. Não chega a ser uma vantagem nem um consolo. A única posição de prudência que pode ser feita agora é

acompanhar, monitorar a aprovação da proposta de Reforma da Previdência do presidente Lula.

O senhor acha que ela resolve esse problema?

Nós já tivemos modificações importantes na Previdência. No Governo Fernando Henrique, por exemplo, foram feitos uns ajustes.

Mas a Previdência é como uma casa que você constrói. Existe alguma casa que você constrói e que dura um século sem reforma? Todos os sistemas de previdência do mundo, mesmo o dos países mais ricos, de tempos em tempos exigem ajustes. A proposta atual resolve vários problemas, caminha na direção correta. Essa reforma, como qualquer outra no mundo, não é a primeira, não será a última, não é definitiva, não resolve todos os problemas.

Tenho a pretensão de ajudar o Governo a ter bons resultados

Hoje, o que faz abrir portas é resultado, consistência e transparência